

PENSANDO UM FEMINISMO DECOLONIAL

THINKING A DECOLONIAL FEMINISM

PENSANDO UN FEMINISMO DECOLONIAL

.....
Livro Resenhado

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
.....



Lucas Santos Carmo Cabral

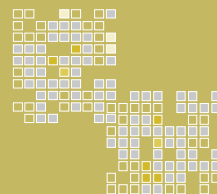
■ Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista da Capes.

■ E-mail: lcabral.98@gmail.com

Marcelo Engel Bronosky

■ Professor do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná do Mestrado em Jornalismo. Pesquisador na área de lógicas de produção e consumo no jornalismo.

■ E-mail: mebrono@gmail.com



RESUMO

Um feminismo decolonial, de Françoise Vergès, publicado no Brasil no primeiro semestre de 2020 pela Ubu Editora, demonstra na prática as opressões que levam à necessidade de se pensar um feminismo decolonial. Reconhecendo o patriarcado, em suas mais diversas faces, como um sistema que escolhe quem deve viver e estar visível, a autora tece um percurso de recuperação das bases para um pensamento decolonial, de crítica a feminismos liberais e de visualização das possibilidades de resistência na atualidade.

PALAVRAS-CHAVES: FEMINISMO DECOLONIAL; GÊNERO; COLONIALIDADE; FEMINISMO.

ABSTRACT

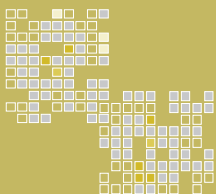
Um feminismo decolonial, by Françoise Vergès, published in Brazil during the first half of 2020 by Ubu Editora, demonstrates in practice the oppressions that lead to the need to think a decolonial feminism. Recognizing patriarchy, in its most diverse faces, as a system that chooses who should live and be seen, the author weaves a path recovering the bases for decolonial thinking, criticizing liberal feminisms and presenting the possibilities of resistance today.

KEYWORDS: DECOLONIAL FEMINISM; GENDER; COLONIALITY; FEMINISM.

RESUMEN

Um feminismo decolonial, de Françoise Vergès, publicado en Brasil en el primer semestre de 2020 por Ubu Editora, demuestra en la práctica las opresiones que llevan a la necesidad de pensar en un feminismo decolonial. Reconociendo al patriarcado en sus más diversas facetas como un sistema que elige quién debe vivir y ser visible, la autora teje un camino para recuperar las bases del pensamiento decolonial, de la crítica a los feminismos liberales y de la visualización de las posibilidades de resistencia en el presente.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO DECOLONIAL; GÉNERO; COLONIALIDAD; FEMINISMO.



Em livro atual e inspirador, Françoise Vergès busca mostrar em fatos concretos as opressões e ideias que motivam um feminismo decolonial. Um feminismo anticapitalista, anti-imperialista e antirracista, que reconhece um sistema que escolhe quais corpos estarão visíveis e quais serão invisibilizados e oprimidos, além de reconhecer o perigo que pode surgir quando esse mesmo sistema se apropria das lutas das mulheres.

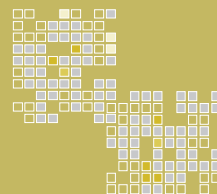
A obra saiu no Brasil pela editora Ubu em 30 de abril de 2020 e, apesar de a original ter sido lançada em 2019, o prefácio feito por Vergès para a edição brasileira já traz atualizações e busca demonstrar a concretude de algumas categorias propostas em um assunto quente: a pandemia de Covid-19. A autora demonstra que mulheres racializadas, apesar de invisíveis, são essenciais para que o sistema funcione. No contexto da pandemia, existem pessoas que podem e pessoas que não podem se confinar. Existem pessoas que se confinam em 15 m² e pessoas que se confinam em 100 m². Existem, ainda, as pessoas que são responsáveis pela limpeza do mundo enquanto outras estão confinadas. O confinamento, para Vergès, é uma política de ricos.

O tom de denúncia que se apresenta no prefácio é mantido e aprofundado em todo o livro, demonstrando como o mundo capitalista depende de trabalhadores/as invisíveis, e que devem permanecer invisíveis, para seu funcionamento. Da mesma forma, a autora considera que algumas rasas discussões feministas só ocorrem porque alguém racializada cuida dos filhos, do marido, da casa da escritora. Para a cientista política, são essas pessoas que “abrem as cidades” para o restante da população.

A autora fundamenta suas críticas no campo do feminismo decolonial e, para isso, questiona como o feminismo se tornou uma ferramenta do liberalismo e do imperialismo, muitas vezes perpetuando opressões (de classe, gênero e raça). Esse feminismo é chamado de feminismo civilizatório. O decolonial, em oposição, é “a despatriarcalização das lutas revolucionárias. (...) Contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência*” (VERGÈS, 2020, p. 35, grifo da autora).

Descrevendo sua trajetória e revelando, inclusive, uma desconfiança no termo “feminismo”, Vergès afirma que se denomina feminista em razão da emergência de um feminismo político decolonial e plural. Para a autora, o feminismo faz parte de sua formação e pode fazer parte da formação das pessoas de modo geral. Porém, segundo ela, não é possível esquecer o racismo e o colonialismo, opressões formadoras da Europa.

É por tais motivos que a pesquisadora evidencia o uso dos termos “movimentos” e “um movimento” quando fala de feminismos, para evidenciar a pluralidade que pode chegar, até mesmo, a ser contraditória. Ela destaca, ainda, que não utiliza “gerações” e “ondas” para falar de movimentos porque considera tudo como um longo processo histórico. Para



Vergès, apesar de apagados em alguns momentos, existem movimentos que abalam regimes autoritários, homens, fascismos e até “feministas civilizatórias” que, para a autora, só reivindicam a divisão igualitária dos privilégios brancos. Não lutar, nesse contexto, é ser cúmplice dessas diversas formas de opressão.

O feminismo decolonial passa, também, pela valorização de saberes, conhecimentos e filosofias que foram apagados pela ideia de subdesenvolvimento, que reduz o “desenvolvido” ao modelo do norte. A importância de recuperar tais pensamentos está, além de tudo, no reconhecimento do colonialismo como um processo social que “perpetua” suas formações sociais: o racismo, sexismo, etnicismo etc. Que permanecem mesmo quando o regime morre.

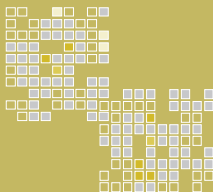
As feministas europeias, segundo Vergès, ignoram outras mulheres e pessoas e é daí que surge um feminismo machista e um feminismo liberal. O liberal que, em alguns lugares do mundo pode ser machista, racista, homofóbico etc. É o mesmo defendido por essas feministas. Para a autora, é preciso reconhecer que as libertações estão ligadas. Não basta, simplesmente, “ajudar”. É necessário reconhecer que tudo está junto.

Um dos obstáculos para essa análise que deve levar em conta muitos aspectos é a segmentação da ciência ocidental, que dificulta análises multidimensionais. Para a historiadora, é preciso trabalhar uma pedagogia decolonial que reconheça os múltiplos fatores que geram opressões que, muitas vezes, são tratadas como naturais.

Tal feminismo é, de acordo com Vergès, não punitivista e deve reconhecer a ideia de mulher branca também como uma criação da colônia. As mulheres racializadas, porém, receberam o peso do gênero através da colonização e passaram a ter um papel de dupla subjugação: dos colonizadores e dos colonizados. Por esses e outros aspectos é que a história da mulher branca deve considerar seus privilégios.

Ao comparar, por exemplo, a situação das mulheres com as dos/as escravos/as há uma negação da escravidão. A mulher escrava, segundo a autora, é vista como objeto. Não tem gênero. Vergès critica a ideia francesa de se considerar o polo do feminismo por possuir uma língua que “carrega igualdade” e tentar colonizar outros países através da língua, mas continuar racista. Aqui se introduz uma ideia que voltará com ainda mais força na última parte do livro, a do racismo do feminismo francês.

A crítica que finaliza a primeira parte da obra é a da institucionalização dos feminismos, através de órgãos governamentais ou não, e de uma espécie de individualização. Ou seja, colocar a mudança no indivíduo e não no coletivo. Segundo Vergès, parte desse processo está relacionado com as ideias de empoderamento e “girl power”, por exemplo. Isso tudo dá às mulheres a função de limpeza da bagunça sem questionar exatamente quem é que a causou. Há nesse tempo também uma adesão de valores europeus e, para a pesquisadora, um dos



objetivos é enfraquecer um feminismo decolonial.

Depois dessa espécie de histórico, a autora se propõe a falar, na segunda parte do livro, sobre o feminismo civilizatório no século XXI e sua evolução, destacando eventos e aspectos importantes. Para ela, os direitos das mulheres assumem um caráter neoliberal através da criação de um “inimigo comum” materializado no Islã. Tal discurso torna o patriarcado não mais uma forma global de dominação masculina, mas substancial ao Islã. Isso é importantíssimo para o neoliberalismo em meio a uma crise do petróleo, entre diversos outros fatores.

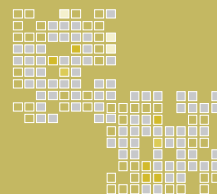
O feminismo civilizatório, conforme Vergès, centra no argumento do uso do véu a origem do mal, ignorando a culpa do norte e do ocidente na opressão, criando um discurso islamóforo e próximo da extrema direita, enfraquecendo, novamente, movimentos decoloniais. O capitalismo, portanto, adota esse feminismo que ignora as estruturas de poder e prega apenas uma mudança de mentalidade.

O discurso anti-Islã, apresentado pela autora, tenta colocar o patriarcado e a opressão das mulheres como algo inerente à cultura islâmica. A partir disso, as mulheres racializadas são trazidas para realizar os trabalhos que o feminismo “tirou” da mulher branca, relacionados à casa, à limpeza e ao cuidado. E na história dos movimentos como um todo, há um esquecimento das lutas dessas mulheres e um embranquecimento do feminismo.

Essas lutas são tomadas pelo neoliberalismo e pregam a libertação sexual, como afirma Vergès, enquanto julga prostitutas, por exemplo. Todo o viés anticapitalista é esquecido. As grandes mulheres negras são embranquecidas e as que não são, são tratadas como raivosas, extremistas, indignas, masculinizadas etc. É preciso, para a autora, recuperar a história das lutas anticoloniais e antirracistas.

Vergès discute, ainda, o machismo e o sexismo dentro do movimento negro, por exemplo, destacando a solidariedade nos movimentos como uma alternativa à lealdade e pregando a não tolerância da violência dentro da própria luta. O reconhecimento desses casos pode ser tomado por pessoas externas como argumentos para enfraquecimento do movimento.

Voltamos, daqui, para o apagamento da luta decolonial que é realizado, até mesmo por feministas. O decolonial, afinal, considera diversos fatores para além da opressão de gênero. Vergès destaca o verão francês como um momento propício para o feminismo branco pregar suas “liberdades de biquíni” e conta histórias recentes que demonstram o funcionamento desse processo. Por exemplo, quando foi criada a “revolta do biquíni” na Argélia, dizendo que as mulheres do país estavam lutando para que pudessem usar biquíni. As argelinas precisaram se manifestar demonstrando que o fato, divulgado por jornais franceses, era uma mentira. Os jornais não desmentiram as notícias.



Os exemplos apresentados evidenciam discursos islamófobos constantes e uma tentativa de universalizar os valores franceses, como se mostrar o corpo fosse sinônimo de liberdade, explica Vergès. No verão sempre há “mulheres mulçumanas e negras em cujos corpos é possível implantar a sua ideologia”, a autora provoca.

A pesquisadora demonstra, então, a existência de um patriarcado “moderno”, “liberal” e que “respeita”, desde que as pessoas estejam dispostas a se integrar no neoliberalismo. Ao mesmo tempo, existe o “conservador”, que mata, ameaça e confronta as oprimidas. Nenhum dos dois é bom. No patriarcado neoliberal, segundo Vergès, algumas mulheres são “respeitadas” e outras sobreviverão.

Uma das últimas discussões propostas no livro está centrada no trabalho, na remuneração e no reconhecimento do trabalho doméstico e sexual. Reconhecendo que são trabalhos racializados, enquanto as mulheres brancas burguesas conquistam postos superiores. A autora fala do *cuidado* como trabalho e da existência de uma “classe cuidadora que se dedica a cuidar de pessoas, animais, plantas etc.” e, quanto mais cuida, menos recebe.

É aqui que surgem alguns conceitos relevantes propostos por Vergès. A autora propõe uma “economia do desgaste”, em que corpos racializados e feminizados são expostos ao desgaste e ao risco de morte e violência, são invisibilizadas ao mesmo tempo em que são exploradas. Enquanto o capitalismo gera uma quantidade enorme de lixo e sujeira, algumas pessoas igualmente descartáveis, segundo a autora, são responsáveis pela sua limpeza. Essas pessoas são essenciais para seu funcionamento.

Essa limpeza do mundo deve existir, mas não pode ser vista e as violências que cruzam esse processo também não podem ser mostradas. Segundo Vergès esse aspecto deve preocupar também o feminismo decolonial, o questionamento de “quem limpa o mundo”? Essas explorações constantes criam uma ideia de que mulheres não tem história ou passado, pois eles foram apagados. Essa história pode ser recuperada pensando nuances e diferentes trajetórias de exploração que são condenadas, muitas vezes, à não existência.

Vergès conclui seu livro combativo e que, em alguns momentos, entristece por mostrar as faces do invisível em um sistema formado por opressões, propondo um pensamento utópico e citando um trecho esperançoso de texto escrito com outras autoras: “não queremos construir uma comunidade utópica, mas restaurar toda a sua força criativa em sonhos de insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento” (p. 136).

É desta forma que Vergès, cientista política, historiadora, ativista e especialista em estudos pós-coloniais encerra suas reflexões preocupadas com a opressão sofrida pelas mulheres, mas também preocupada com as opressões sofridas por classes inferiores, pelo sul do mundo, pelos territórios ultramarinos e pelas pessoas racializadas de modo geral.

